

Entrevistado José Luís Garcia

Investigador Principal do quadro do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Enquadramento Esta entrevista ocorreu propositadamente para o este número especial da Revista Comunicando, com o intuito de prestar um tributo a Paqueta de Oliveira. Foi realizada por Renata de Freitas, em representação dos editores da Revista Comunicando, no dia 17 de maio de 2017, no Porto.

Revista Comunicando (RC): Numa das primeiras reações à morte de Paqueta Oliveira, através de uma mensagem a todos os associados da Sopcom, o Professor Moisés Martins escreveu que “morreu um homem de pé, a fazer aquilo que sempre fez, trabalhando na Academia e nos média”. Na academia, desde a criação de cursos, a orientação de trabalhos académicos, a ligação a associações de investigação nacionais e internacionais. Nos média como jornalista e provedor. Privando com o Professor Paqueta de Oliveira, em que papel considera que ele se sentia mais confortável?

José Luís Garcia (JLG): Posso responder à pergunta começando por dizer que Paqueta de Oliveira como académico foi sobretudo uma personalidade multifacetada. O primeiro domínio relevante da sua contribuição é o seu pioneirismo em prol da institucionalização do ensino em comunicação e média na universidade portuguesa, e numa perspetiva sociológica. O seu papel é muito destacado neste âmbito quer para as ciências da comunicação, quer para a sociologia, quer ainda para o estudo dos média e do jornalismo. Em bom rigor, o papel que desempenhou neste campo foi não só saliente como realizado a partir das ciências sociais, em especial da sociologia, o que o distingue, pelo menos nesta faceta, de outros pioneiros do mesmo processo, mais ligados a âmbitos disciplinares como a filosofia, a semiótica e a história. Foi no ISCTE, no seu curso de Sociologia, que Paqueta de Oliveira implementou o estudo da comunicação, em cadeiras que foram tendo designações diversas (Sociologia da Comunicação e das Ideologias, nos anos 1975-76, Sociologia da Comunicação Social, em 1978-79, Sociologia

da Comunicação a partir dos anos 80) e, já no final da década de 1990, com a criação do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. Este último curso teve na altura uma enorme adesão, que parece manter-se, embora seja hoje certamente totalmente diferente, tendo nele exercido a docência os professores que constituíam a equipa dos estudos de comunicação e média do ISCTE (eramos quatro: Paquete de Oliveira, José Rebelo, José Jorge Barreiros e eu próprio), os docentes de sociologia da cultura do instituto (Maria de Lourdes Lima dos Santos, Alexandre Melo e Idalina Conde) e ainda colegas de diversas faculdades como Eduardo Prado Coelho e Teresa Cruz, entre alguns outros. Um segundo domínio em que o seu contributo é significativo foi enquanto mentor e orientador de inúmeras teses, de licenciatura, mestrado e doutoramento em comunicação, média e jornalismo. A este respeito, não posso deixar de lembrar, com algum regozijo, que depois de eu acabar o curso, quando me tornei seu colega no ISCTE e parte da equipa que coordenava da área da comunicação, orientámos os dois em conjunto muitas dissertações de licenciatura e mestrado. Eu ainda não podia orientar teses no âmbito pós-graduado e ele confiou, permitindo-o através da figura da co-orientação, em que eu seria capaz de o fazer. Paquete de Oliveira teve, pois, um papel muito evidente na formação de muitos sociólogos da comunicação, investigadores, docentes, profissionais dos média, jornalistas. Ele foi, aliás, o orientador da minha tese de licenciatura (que foi também co-orientada por outro sociólogo, António Firmino da Costa) e o meu exemplo enquanto seu orientando é simplesmente um de inúmeros estudantes que o procuraram para receber o seu estímulo e ensinamentos. Um terceiro domínio em que o seu papel foi notável diz respeito à sua teorização e investigação sobre a chamada censura oculta, um campo de reflexão e análise que vale a pena realçar a todos os títulos, pelo interesse científico e ao mesmo tempo cívico do tópico, que mantém infelizmente uma grande atualidade. Trata-se de “um tema em aberto”, como ele escreveu no final da introdução da sua tese de doutoramento. No quadro deste seu trabalho, deu também os primeiros passos no estudo dos jornalistas portugueses enquanto grupo profissional, deixando pistas valiosas, em especial no seu capítulo IX, sobre as dinâmicas de transformação desse universo tão importante para os processos culturais da sociedade. Neste tópico, toda a investigação que fui realizando vejo-a em linha com as suas explorações. Um quarto âmbito em que se distinguiu foi como impulsionador do movimento associativo da comunidade portuguesa de estudiosos e trabalhadores em comunicação em 1997-98, tornando-se uma figura chave da Sopcom, tendo sido eleito seu Presidente entre 2002 e 2005. Um quinto domínio em que é possível perceber a sua contribuição é como Provedor dos média, primeiro na RTP (entre 2006 e 2011) e depois no *Público* (de 2013 até à sua morte), já que tinha uma disposição extraordinária para a análise e esclarecimento dos problemas que envolviam os média e o trabalho dos jornalistas. Ele manteve sistematicamente colaboração com os média, seja como jornalista, ainda jovem e sacerdote da Igreja Católica na Madeira, donde era originário, seja como colaborador e colunista, e era grande a sua propensão para a literacia dos média. Finalmente, é importante ressaltar que Paquete de Oliveira foi um dirigente universitário destacado do Instituto Superior de Ciências do

Trabalho e da Empresa, que desde há uns anos se designa ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, tendo sido Presidente do seu Conselho Diretivo durante muitos anos e depois vice-presidente desse instituto universitário entre 2002-2003 e 2005-06. Estes apontamentos sobre o papel de Paquete de Oliveira na universidade também se encontram no obituário que escrevi para a *Análise Social* (n.º 220, 2016) e ainda no de Filipa Subtil publicado na revista *Comunicação Pública* (Vol. 11, n.º 21, 2016), os únicos que eu conheço publicados em revistas académicas. Em síntese, penso que Paquete de Oliveira deve ser reconhecido como pioneiro nos estudos da comunicação e média em vários horizontes: como criador de cursos e orientador de estudantes; como estudioso dessa área em chave sociológica; como teorizador e investigador das formas de censura oculta; como dinamizador do fenómeno associativo dos que se dedicam à comunicação; como provedor dos média; e como dirigente universitário. Arrisco dizer que os papéis de dirigente associativo e de dirigente universitário tinham muito a ver com o espírito que ele tinha, era uma pessoa que gostava de estabelecer pontes, tinha uma personalidade amável, aceitava as diferenças, não se lhe notava qualquer arrivismo. Acredito que exerceu a função de dirigente por estas características, roubando-lhe muito tempo para a investigação e publicação do seu trabalho.

RC: A tese de doutoramento do Professor Paquete, em Sociologia, de 1988, intitulada *Formas de “Censura Oculta” na Imprensa Escrita em Portugal no Pós 25 de abril (1974-1987)*, é vista como uma das contribuições mais sólidas na área. De que tratava este trabalho, em concreto? Em que medida é valiosa a sua contribuição?

JLG: A tese de doutoramento de Paquete e Oliveira é de 1988, nesse tempo eram muito escassos os doutoramentos na área da Comunicação, é uma tese em Sociologia na especialidade de Sociologia da Comunicação; julgo ser inclusivamente a primeira tese de Sociologia da Comunicação em Portugal. É um trabalho de envergadura, infelizmente nunca publicado na forma de livro, nem em digital, abrangendo dois volumes com um total de 545 páginas. O objeto da tese é a “censura oculta”, entre aspas no título da dissertação, decerto por se tratar de um conceito novo que era necessário fixar. Mas a sua investigação nessa obra não se restringe meramente ao tema da censura oculta, pois apresenta um largo enquadramento que representa um investimento teórico de grande fôlego sobre o estudo da comunicação numa ótica sociológica. Nesse enquadramento, Paquete de Oliveira procura inicialmente indagar o objeto da comunicação enquanto questão da sociologia, os seus pressupostos epistemológicos em termos da relação com as sociologias do conhecimento e da cultura, as possíveis definições da comunicação por vários campos disciplinares e tradições, as metodologias mais adequadas para o seu estudo; avança de seguida para a tentativa de formulação de uma teoria global da comunicação social de modo a perceber os média no espaço público; sugere depois uma acepção de censura oculta, apoiando-se num conceito inspirado em Georges Gerbner; e finalmente debruça-se sobre a situação da imprensa escrita

no período que estuda, focalizando o que apelidou de “sistema produtivo”. O propósito de pesquisar a censura oculta leva-o a dar uma enorme e muito devida importância à estrutura institucional e organizacional dos média, analisando o estado da imprensa portuguesa na altura e os seus agentes produtores de mensagens, isto é, os jornalistas. Paquete de Oliveira entendia os média como resultado de uma complexa infraestrutura técnica e organizativa para a produção, difusão e reconhecimento de mensagens, o que significa dizer que as mensagens eram percebidas como produtos comunicativos fabricados num dado sistema industrial, o sistema industrial da informação e comunicação dos média de massa. A tese é toda ela subterraneamente infundida por uma perspectiva que eu apelidaria de economia política dos média, uma perspectiva ainda hoje muito pouco comum, e que eu tento prosseguir em alguns dos meus estudos (por exemplo num relatório recente que elaborei com uma equipa de investigadores para a ERC acerca das consequências do novo contexto digital para os média informativos). Na sua pesquisa, considerou a imprensa enquanto instituição, organização formal e agência produtora de discursos e apontou cinco níveis de “controlo da informação” que ocorriam em três sistemas: no sistema produtivo, no sistema das mensagens e no sistema das significações/representações e de “sentido”. Os cinco níveis em que se manifestava o controlo da informação abrangia uma teia complexa de condicionamentos que implicavam o sistema produtivo das mensagens, os meios ou canais difusores das mensagens, os agentes produtores diretos e indiretos (os jornalistas, *gatekeepers* e chefias), os conteúdos e o próprio circuito denotativo-conotativo das mensagens entre os atores sociais. O extraordinário foi ter estudado a censura oculta naquele tempo, porque a censura que tinha sido imposta pelo Estado Novo não era oculta, era uma censura oficial e institucional. Ele interessou-se, por conseguinte, passados catorze anos da rutura do 25 de abril, por um novo tipo de censura que estava a medrar. Paquete de Oliveira sustentou que não havia meramente a censura pura e dura que vigorou durante a ditadura e que ele bem conheceu, mas havia uma outra, uma censura “doce”, subreptícia, escondida, não assumida, que se desenvolvia no novo quadro de democracia liberal em Portugal, e que essa censura era e é também nociva, num certo sentido mais nociva porque não é declarada, é uma situação enganosa, que atenta contra a liberdade política e a vida cívica. A investigação sociológica continua a ser hoje pouco atenta à força do invisível como um mecanismo da ordem social e das formas mais elementares de conceber o mundo.

RC: Porque razão acha que a Tese nunca foi publicada?

JLG: Sempre fui levado a julgar que, por um lado, Paquete de Oliveira era uma pessoa que revelava bastante humildade relativamente ao seu próprio trabalho e, por outro, muito ocupado com outras atividades e responsabilidades que já referi e lhe subtraíam tempo e energia para se dedicar a trabalhar numa versão mais depurada da tese para publicação. Trata-se de uma tese longa, de grande densidade e complexidade, é provável que tivesse sentido

necessidade de a depurar, tal como aconteceu com tantos outros académicos nacionais e estrangeiros. Por exemplo, Robert E. Park, uma das grandes figuras da Escola de Chicago, por muitos considerado o primeiro sociólogo dos média, também nunca publicou a sua tese em livro, esta só foi publicada postumamente. Entretanto, defendo veementemente que é uma tarefa importante publicar a sua tese, mesmo que apenas na forma digital, espero que venham a existir condições para que seja finalmente dada a conhecer por um público mais alargado.

RC: De que forma os conceitos da Tese eram transmitidos aos alunos em sala de aula?

JLG: As teorias eram todas dadas em sala de aula, no fundo o repertório da dissertação era em larga medida o programa que Paquete de Oliveira ensinava como conteúdo da disciplina de Sociologia da Comunicação. Embora se possa também dizer, talvez mais apropriadamente, que ele não se munia da tese para lecionar, a tese é que era o resultado de vários anos de aulas sobre as matérias da comunicação, dos média e da censura. Os autores estudados em sala de aula encontram-se todos citados na sua tese. De grande importância era o seu esforço de estabelecimento das várias noções de comunicação, um conceito que segundo ele era indelimitado. Na sua tese e na sala de aula referia autores como Joel de Rosnay e sobretudo Yves Winkin, que sempre me pareceu muito relevante para ele, bem como a relação que Winkin criou com a obra sociológica de Erving Goffman. Nota-se que, para Paquete de Oliveira, lendo o que escreveu na sua tese, o essencial da comunicação era ser um processo, uma dinâmica, e enquanto processo ou dinâmica, era um processo ou dinâmica relacional de criação e disseminação cultural. É um entendimento da comunicação como processo cultural, como relação social, algo que acontece no quadro das relações sociais. Na sua tese argumenta com insistência que a comunicação é um fenómeno de cultura, que todo o ato de comunicação, melhor dito, toda a trans-acção comunicativa, tem subjacente um processo de ordem cultural. A comunicação subentendia sempre uma cultura, sendo um processo em que o que se comunica é uma matéria cultural. Isso quer dizer que a comunicação subentende a cultura, mas ao mesmo tempo gera a cultura. Como consequência, ele considerava que a sociedade é gerada comunicacionalmente como um texto infinito de mensagens, e que a cultura é uma totalidade de mensagens recebidas *por* e *em* sociedade. Um outro aspeto muito importante é que, embora os autores anglo-saxónicos e franceses fossem os mais conhecidos e referidos, Paquete de Oliveira, por ter estudado em Roma, fez a receção de vários autores italianos para a reflexão sociológica dos média na universidade portuguesa. Não só Umberto Eco, que já era famoso, mas Rositi, Livolsi, Cesareo, Bechelloni (dessa receção foi para mim crucial um texto de Giorgio Grossi sobre as relações entre comunicação e política que ainda exerce influência no meu trabalho, como se pode constatar na Introdução que escrevi em coautoria para a obra *Salazar, o Estado Novo e os Média*, editada este ano pelas Edições 70). Ora, tais autores italianos, infelizmente hoje bastante desconhecidos, mantinham vários deles

algo como uma conversação com as ciências sociais da Alemanha, um dos países com tradição filosófica e sociológica de maior evidência. Na tese de Paquete de Oliveira estão referidos e citados autores portugueses, italianos, espanhóis, brasileiros, franceses, e não somente os de língua inglesa, e tais autores com os seus textos marcavam também presença nas suas aulas, o que já quase não acontece nos nossos dias, sendo uma perda irreparável dada a ausência de diversidade que significa e o estatuto de subalternidade que representa face ao universo anglo-saxónico.

RC: No obituário que publicou na revista *Análise Social*, referiu que a “conceção antropológico-sociosemiótica da comunicação, herdeira da definição clássica de Charles H. Cooley da comunicação” era um dos estandartes epistemológicos do Professor Paquete. De que modo esse enquadramento resiste a essa passagem do tempo e de que maneira o Professor Paquete o utilizou?

JLG: Eu creio que a ideia de que o processo de comunicação estabelece relações, sentidos e põe em comum, sem deixar de lhe ser inerente o conflito, é um conceito fundamental porque procura dar conta da dinâmica social de produção, manutenção e renovação de sentido instituinte da sociedade. Por outras palavras: é um conceito que tenta nomear o modo através do qual os seres humanos estabelecem relações uns com os outros e, ao estabelecer essas relações através da comunicação, constituem-se como seres sociais nesse processo; e enquanto seres culturais e sociais são impelidos incessantemente a manter, negar ou reinventar a cultura onde vão viver. Trata-se de um processo que é um fluxo cultural que vai sendo tipificado e cristalizado, através de gramáticas, regras, instituições. É um conceito que permite compreender que, independentemente de como a comunicação é realizada, seja através da conversação oral, das canções, dos sons dos tambores, dos sinais de fumo, da escrita e da imagem fixadas em superfícies diversas como as rochas, os troncos de árvores, os papiros, as tapeçarias, o papel, os diversíssimos ecrãs deste tempo, através de máquinas de imprimir e de tecnologias computadorizadas, se trata sempre da produção, difusão e receção de sentido na sociedade, um processo gerador de cultura. É um conceito onde se percebem traços da tradição de Charles H. Cooley e George Herbert Mead em que os diversos modos como a comunicação é realizada são outros tantos modos de criação ou impulso de relações sociais diferentes, de culturas diferentes, de contextos socio-comunicacionais também diferentes. Como é amplamente reconhecido em muitos estudos, as sociedades antigas e tradicionais fundamentalmente baseadas na comunicação oral, no ritual em co-presença, tem diferenças de grande espectro nas suas relações sociais – entre as pessoas, os grupos, as instituições, as pessoas e os grupos, o Estado e a comunidade política – comparativamente às sociedades da chamada modernidade, em que o papel da escrita, da tipografia, da difusão de textos, sons e imagens a larga distância jogam um desempenho de imenso relevo. Relações sociais muito atravessadas ou constituídas por formas culturais geradas por processos de

comunicação baseados na mediação tecnológica a larga distância, baseados na transmissão, dão origem a configurações sociais, distintas das sociedades antigas, das sociedades tradicionais. Não há aqui qualquer determinismo tecnológico, apenas uma conceção de que o que chamamos comunicação se funda numa relação social e o que chamamos relação social é gerado pela comunicação.

RC: Foi aluno do Professor Paquete, orientando e apoiou-o na docência. Do que recorda em cada uma dessas etapas, de que modo os vossos caminhos se foram cruzando na academia?

JLG: Fui estudante de Paquete de Oliveira na licenciatura em Sociologia do ISCTE e quando a concluí concorri a um concurso público, que ganhei, para ser docente dessa escola como “assistente-estagiário” da disciplina que ele coordenava (Sociologia da Comunicação), assim como de Teorias Sociológicas, cadeira do 1º ano dirigida na altura por Manuel Braga da Cruz. Assistente estagiário era a designação do meu lugar na carreira docente nessa época, uma época em que ainda havia uma solidez razoável no percurso inicial de um universitário e não se estava na vertigem da precarização que se assiste há vários anos nesta dita economia do conhecimento que transforma as universidades em empresas do conhecimento e o conhecimento em economia (ou mercadoria). Não tinha o mestrado, nem o doutoramento, aliás eu comecei a lecionar como monitor ainda não tinha acabado os cinco anos da licenciatura, fui monitor no último ano do curso. Fui então aluno de Paquete de Oliveira na cadeira de opção denominada “Sociologia da Comunicação” e depois também no “Seminário de Sociologia da Comunicação”, uma unidade letiva que tinha acabado de abrir como área de fecho do curso. Tratava-se de um ano de conclusão do grau inteiramente dedicado a fazer uma monografia de final de licenciatura, no qual tive a oportunidade de investigar pela primeira vez os jornalistas enquanto grupo profissional. A minha monografia (chamava-se então “tese” ou “dissertação” de licenciatura) teve como campo de análise os jornalistas e a problemática a que me dediquei foi a ideologia profissional deste grupo - o seu título é “Os jornalistas portugueses à procura de (uma) legitimidade. Elementos para o estudo da ideologia profissional dos jornalistas portugueses”. Paquete de Oliveira tinha estabelecido um protocolo de colaboração entre o Seminário de Sociologia da Comunicação do ISCTE com o Sindicato dos Jornalistas em 1990 ou 1991 com o objetivo de realizar o Primeiro Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses a ser apresentado ao 1º Encontro de Jornalistas de 1991. Formou-se um núcleo dirigido por Paquete de Oliveira, agrupando alguns estudantes finalistas, onde eu me incluí, que elaborou ou participou na construção do questionário, da amostra, da informatização dos dados e da análise estatística e sociológica. Assim, após ter sido seu aluno na optativa da licenciatura em Sociologia da Comunicação, escolhi ser orientado por ele na tese de licenciatura e em simultâneo tornei-me colaborador direto na primeira inquirição aos jornalistas. Outras dissertações foram realizadas num espírito de

trabalho coletivo a partir desse Primeiro Inquérito aos Jornalistas Portugueses. Lembro, em particular, o trabalho do meu então colega José Castro subordinada ao título “Jornalistas: entre o Sindicato e a Ordem”, com quem, depois de defendidas as teses, eu em Julho e ele em Setembro de 1991, escrevi em coautoria dois artigos (“Os produtores de opinião pública: entre o grupo de status e o grupo profissional” e “Os Jornalistas Portugueses – recomposição social e processos de legitimação profissional”, ambos publicados em 1993 e depois transformados no capítulo 2 do livro que editei, em 2009, intitulado *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses – Metamorfoses e Encruzilhadas no Limiar do Século XXI*). Enquanto colega de docência, trabalhei com Paquete de Oliveira, como já disse, na cadeira de Sociologia da Comunicação e no seminário de Sociologia da Comunicação. Como membro da equipa que ele dirigia, fui depois seu colega na criação do mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, no qual lecionei durante duas décadas. Também estive com ele nos primeiros passos da criação de um curso de pós-graduação para jornalistas e que veio a permitir a admissão a doutoramento a jornalistas com *curricula* relevantes (casos de Adelino Gomes, Diana Andringa, Cesário Borga, Orlando César e outros). Partilhámos os dois o mesmo gabinete por muitos anos, assistindo ambos a muitos episódios de um e de outro relacionados com a nossa vida académica, o que nos levou a conversas intermináveis. Trabalhámos juntos em termos de investigação, repito, desde muito cedo, desde o 1º Inquérito aos Jornalistas Portugueses em 1990-91. Fomos ainda colegas nos primeiros passos de formação da Sopcom, os dois como fundadores, eu muito discreto (salvo erro, fui membro suplente de uma das primeiras estruturas dessa associação), ele como uma das figuras centrais. Cruzei-me, pois, com ele em todos estes domínios, sem dúvida foi um processo longo e marcante na minha vida profissional e também em certos aspetos da minha vida pessoal dado o espírito de convivalidade de ambos. Posso testemunhar que ele era avesso à formação de seitas na academia e a exclusões de colegas, algo que abunda na universidade portuguesa, não tinha problemas em citar os autores portugueses, tantas vezes ignorados pelos próprios académicos portugueses, incluindo os que ostensivamente o não referiam ou citavam, era aberto a pessoas mais jovens e de uma enorme delicadeza. Ele foi uma grande influência na importância que passei a dar à comunicação e aos média, pois quando entrei no ISCTE para estudar Sociologia jamais pensei que tinha no horizonte esse tópico. Através dele e com ele acedi a uma problemática fundamental da sociologia e das ciências sociais.

RC: Tendo como pano de fundo a vida sacerdotal do Professor Paquete, de que forma a mesma terá contribuído, segundo a sua opinião, para o interesse do professor no estudo da censura?

JLG: Paquete de Oliveira era muito reservado a esse respeito, por isso tudo o que pode ser dito nesse âmbito por mim é demasiado especulativo. Mas não se desconhece que o mundo institucional da Igreja é bastante fechado, revelando na sua história frequentes e marcantes

traços fortes de autoritarismo e violência, e ditadura longa do Estado Novo era igualmente enclausurada, tirana, violenta. Ele fazia parte de sectores da Igreja Católica e de pessoas católicas em Portugal que procuraram durante a ditadura, com grande notoriedade nos anos 60 e 70, perspectivas mais abertas e que se revoltaram contra a ditadura e Salazar. A situação no Funchal onde vivia era decerto a de um círculo relativamente restrito e cerrado, sendo que ele era uma pessoa muito aberta ao mundo. É possível que a sua experiência no Jornal da Madeira como chefe de redação tivesse sido uma vivência em que teve que enfrentar mais do que uma vez os ditames da censura pura e dura. Todos estes delineamentos compõem uma situação relacionada com o que ele escreve na sua tese de doutoramento quanto à questão do controlo social e do papel da comunicação nesse controlo. Por sua vez, depois do 25 de Abril de 1974, houve uma luta muito grande dentro dos média pelo seu domínio por parte das principais forças partidárias emergentes. Nesse processo de partidarização, havia lutas dentro das redações de cada jornal pelo seu poder; depois, quando finalmente veio a, digamos assim, normalidade democrática, irrompeu também o poder económico nos média, e ainda a pressão do poder político para interferir no jornalismo. Tudo isto pode permitir compreender a pertinência que ele deu à questão da censura: primeiro, a censura oficial do Estado Novo, de seguida, a luta pelo controlo dos jornais em 1974 e 1975, e por fim as formas de pressão que existem por parte das empresas detentoras dos meios de comunicação e por parte do poder político.

RC: O Professor Paquete foi jornalista em diversos órgãos de comunicação social. No entanto, foi no cargo - acabado de estrear em 2006 - de Provedor do Telespectador da RTP que se lhe reconheceu maior mediaticidade e visibilidade no espaço público. Ele partilhava consigo episódios dessa época? Recordar-se de algum em particular?

JLG: Não acompanhei Paquete de Oliveira nesta fase da sua vida a não ser esporadicamente e já aflorei anteriormente esta questão... Posso permitir-me talvez dizer que Paquete de Oliveira tinha certamente a noção de que para contrabalançar o imenso poder que os média têm na construção da realidade social é fundamental que se percebam os constrangimentos e as regras que neles se fazem sentir, os critérios de construção da notícia, as rotinas produtivas, os processos de *gatekeeping*, as linguagens disponíveis, a situação nas redações, os perfis dos jornalistas, os conflitos no interior dos média. Todos estes problemas precisam ser entendidos não só pelos jornalistas como pela sociedade. Se os jornalistas e a sociedade tiverem uma compreensão destes condicionamentos que produzem os mais diversos fenómenos de distorção voluntária e involuntária da realidade informativa, então poderão existir formas sociais de resistência e emenda aos mesmos. Ele parecia entender o papel de Provedor como um propulsor de conversação pública sobre o jornalismo em prol de um melhor jornalismo. Creio que ele se sentia confortável como Provedor por expor os problemas dos média no interior dos próprios média, para os jornalistas e para as chefias, e

também em apresentar os problemas dos média à sociedade. Julgo que terá sentido que ser provedor era uma missão importante para alguém com o seu conhecimento prático e universitário, uma missão de responsabilidade social.

RC: Recentemente decorreu um congresso de jornalistas, que há quase 20 anos não se juntavam para refletir sobre os problemas da profissão. O Professor Paquete participou na equipa que realizou o *I Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses*, em 1990. Daquilo que é dado a perceber, esse estudo está muito distante do panorama genérico de precariedade que se vive na classe jornalística?

JLG: Desde o I Inquérito, sempre foram encontradas desigualdades abissais nos jornalistas em termos de carreiras, salários e prestígio, mas a situação atual integra um movimento muito diferente. Atualmente está enraizado o processo de precarização geral, mas que atinge mais os jovens e os aspirantes ao jornalismo. Há muitas situações de abusos, de estágios não remunerados, de jovens jornalistas em tarefas muito exigentes sem descanso, sem salários dignos, sem a expectativa de ter contratos, de trabalho em regime de pressão constante. Este é um panorama que acompanha a precarização em outras áreas de atividade, não apenas no jornalismo, mas nas mais diversas áreas da comunicação, da cultura, do conhecimento, da investigação, da universidade, etc. É uma situação vinculada às metamorfoses da economia capitalista do nosso tempo, com a viragem para a rotinização da inovação no capitalismo tecnológico, com a ideia de instituir a empresa como modelo e ídolo das relações sociais, com a ideologia do empreendedorismo, enfim, é uma situação em que também se nota a potência das novas tecnologias emergentes nos últimos 30 anos, em especial as tecnologias da informação e as biotecnologias, promotoras da longa marcha da mercadorização, da empresarialização e do capitalismo em novos domínios. São essas conceções e dinâmicas que estão a fazer com que a comunicação e a cultura estejam neste momento praticamente sob a única alçada da economia de mercado, desatendendo a importância que têm como elementos intrínsecos e coletivos da vida social. Assim, os jovens jornalistas, mas não apenas estes, vivem a situação paradoxal de contarem com uma preparação escolar, uma licenciatura, um mestrado e às vezes um doutoramento, de terem alguma experiência através de estágios realizados, destreza tecnológica, mas estão confrontados com um panorama dos média alterado pela hegemonia digital em curso que tem vindo a destroçar o mundo do jornalismo, porventura levando-o para uma crise final. Deste modo, essa profunda mudança económica e tecnológica, essa conjugação entre lógica empresarial e digitalização, tem conduzido à erosão do jornalismo tal como se conhecia, tem fomentado novas formas de fazer “para-jornalístico”, como conteúdos e produtos informativos avulsos, incorporando uma parte desses jovens escolarizados que possuem desenvoltura tecnológica e são submetidos à lógica estrita da pressão económica e do receio real do desemprego crónico. Muitos acabam por

abandonar cedo a profissão depois de anos de sofrimento no trabalho com que sonharam, investiram e se prepararam para exercer.

RC: Que mudanças considera que Paquete de Oliveira gostaria de ver concretizadas nos meios de comunicação social portugueses?

JLG: Com certeza que ele gostaria de um jornalismo não sujeito à pressão económica e tecnológica que se tem vindo a exercer nos últimos anos sobre os média que se dedicam à informação pública. Também apreciaria uma situação em que os jornalistas não estivessem sujeitos à precarização, aos baixos salários, em situação de *burnout*, como hoje acontece. Agradar-lhe-ia decerto a existência de mais literacia da população portuguesa relativamente aos média, que a imprensa não estivesse em estado sistematicamente periclitante (uma palavra que usou várias vezes na última conferência que fez pouco antes de morrer), e que tivesse mais qualidade. Creio que ele não teria uma confiança absoluta e indiscriminada nos novos média digitais, provavelmente estaria a favor de um balanço mais equilibrado entre o papel da imprensa tradicional e dos novos média... Não o estou a ver como um entusiasta do estado cataléptico da imprensa tradicional por estar em marcha uma ordem digital cheia de supostas virtudes.

RC: Que tipo de homenagem poderíamos, enquanto cidadãos, prestar a Paquete de Oliveira?

JLG: A melhor homenagem que se pode prestar a um universitário é ler os textos que escreveu, indicar às gerações mais novas o seu trabalho e discuti-lo. Portanto, o que importa é revisitar os seus textos, lê-los, discuti-los, inseri-los nas bibliografias das cadeiras e das dissertações, editar em livro ou em digital a investigação de uma vida. Penso que é simpático, mas tem escasso valor, ficarmo-nos pelas palavras bonitas sobre os colegas que faleceram, na medida em que o primordial para a universidade e para um universitário é a prossecução do conhecimento em favor da vida cívica. Não nego o mérito de dar o seu nome a uma sala ou fazer outros atos de homenagem, mas julgo que o mais significativo é estudar e discutir as conceções de comunicação, dos média, de censura oculta, de jornalismo que nos legou após uma vida dedicada à reflexão e a iniciativas no domínio da sociologia da comunicação e das ciências da comunicação.



Figura 1: Renata de Freitas, editora da Revista Comunicando, com José Luís Garcia.

Biografia do Entrevistado:

José Luís Garcia é Investigador Principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e obteve o doutoramento em Ciências Sociais pela mesma universidade. Tendo começado por ser docente de Sociologia no ISCTE-IUL, tem lecionado e realizado conferências em várias universidades de Portugal, Espanha, Brasil, Itália, França, Argentina e Estados Unidos da América. Os seus interesses de investigação são os estudos de comunicação, media e jornalismo, a teoria social crítica, a filosofia da tecnologia e a sociologia da ciência e da tecnologia. Entre as suas mais recentes publicações encontram-se: Salazar, o Estado Novo e os Media, Edições 70, 2017 (co-editor com T. Alves e Y. Léonard); Cultura Digital em Portugal, Afrontamento, 2016 (co-editor com T. Martinho e J. Teixeira Lopes); Pierre Musso and the Network Society: From Saint-Simonianism to the Internet, Springer, 2016 (editor); La Contribution en Ligne: Pratiques Participatives à l'Ère du Capitalisme Informationnel, Presses de l'Université du Québec, 2014 (co-editor com S. Proulx e L. Heaton); Jacques Ellul and the Technological Society in 21st Century, Springer, 2013 (co-editor com H.M. Jerónimo e C. Mitcham); e Razão, Tempo e Tecnologia. Estudos em Homenagem a Hermínio Martins, Imprensa de Ciências Sociais, 2006 (co-editor com M.V.Cabral e H.M.Jerónimo).